

## **ACESSO À JUSTIÇA FACE A LEI Nº 9.099/95: - EIS O GRANDE DESAFIO -**

**Lindberg Leitão Batista (\*)**

### **I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS: Conhecendo o problema ...**

Em tempos atuais, grandes são as discussões acerca da imperiosa necessidade de se adotar mecanismos alternativos e institutos de direito como forma a viabilizar a acessibilidade do cidadão à justiça. A justiça, aqui, não se restringindo à esfera Judiciária, mas ampliando-se tal concepção à realização de justiça, nos moldes e ditames legais. É o que nos ensina o **Prof. Horácio Wanderlei Rodrigues**, ao defender que *“frente à vagueza do termo acesso à justiça, a ele são atribuídos pela doutrina diferentes sentidos. São eles fundamentalmente dois: o primeiro, atribuindo ao significante justiça o mesmo sentido e conteúdo que o Poder Judiciário, torna sinônimas as expressões acesso à justiça e acesso ao Judiciário; o segundo, partindo de uma visão axiológica da expressão justiça, compreende o acesso a ela como o acesso a uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano Ambos os conceitos, conclui o Jurista, são válidos e não excludentes; são, em realidade,*

*complementares. Há que se ter uma visão mais ampla do sentido do acesso à justiça, considerando-se assim, a adequada e satisfatória prestação deste serviço estatal. Como diz **Watanabe**, “não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim viabilizar o acesso à ordem jurídica justa”.*

A afirmação supra é tão verídica que, sob um ângulo pragmático, é possível ter-se a própria estrutura do Judiciário, hoje, como entrave à efetiva e correspondente prestação jurisdicional. A ostentada crise porque passa o Judiciário é resultante, exatamente, da inadequação da atual estrutura institucionalizada à realidade fático-social. Está-se em evidência a teoria finalística, à qual o juiz, ao decidir, *“não cumpre apenas estabelecer o certo e o errado com base na lei, mas também e sobretudo examinar se o exercício discricionário do poder de legislar conduz à concretização dos resultados objetivados”*, leciona **Tércio Sampaio Ferraz Jr.** É o que se pode denominar de conteúdo político na decisão judicial. Nesse sentido, acrescenta **Mauro Cappelletti**, *“A função jurisdicional é ato político, na medida em que busca resultados concordantes com a política estatal, e também ato criativo, na medida em que se utiliza do processo interpretativo”.*

(\*) - **Lindberg Leitão Batista é Advogado militante e Pós-graduando em Direito Processual Civil.**

Em virtude desses aspectos ora considerados, tem-se que a grande preocupação da doutrina processual moderna está em garantir e alcançar o acesso à “ordem jurídica justa”, nos ensinamentos de **Kazuo Watanabe**, e não, como se defendia antes, limitar-se o acesso às vias Judiciárias. Neste ponto, são instituídas formas alternativas e adequadas ao atendimento à sociedade, tais como: a Instituição da Mediação e Arbitragem, depósito em consignação (via banco), acordos e homologações sindicais

( Enunciado 330 - TST), Curadorias e Câmaras de conciliação dos PROCONs (por iniciativa do Ministério Público), os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, dentre outros trabalhos não menos louváveis. Ressalta-se aqui, em verdade, com veemência, o brilhante trabalho desenvolvido pelo Ministério Público, através de instalação de Órgãos que têm por fim a solução dos conflitos, via razoável medida pacificadora adotada.

Desse modo, inúmeras leis são, *pari passu*, introduzidas no ordenamento jurídico Pátrio, resultante de estudos multidisciplinares (juristas, sociólogos, economistas, cientistas afins), com vistas à identificação dos variantes e complexos problemas que norteiam o caso em tela, fazendo-se realidade a “atuação da vontade concreta do direito”, conclui **Cândido Rangel Dinamarco**.

O Estado é, pois, o meio próprio e constitucionalmente legítimo à realização dos direitos. O fim é o bem comum, só alcançado quando equânime distribuição de justiça, pacificando-se os conflitos intersubjetivos. O tempero do fenômeno de distribuição de justiça é, exatamente, aquela noção aristotélica de justiça, qual seja,

*tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção de suas desigualdades.*

Estudiosos e operadores do direito, em todo o mundo, tem-se deparado com esta inegável realidade, articulando-se, dessa forma, instrumentos genuinamente céleres e eficazes e, em consequência, moldando os institutos clássicos à vigente necessidade de ordem social.

Neste aspecto, sem margem à dúvida, o fenômeno irreversível da globalização - “mundo sem fronteiras”, “gigantesca aldeia”, de fato, é mecanismo que, apesar de reiteradas críticas, tem contribuído demasiadamente ao desenvolvimento de técnicas de cunho processual e procedimental, através de um maior acesso ao direito estrangeiro, à ótica do direito comparado. Construções doutrinárias pois, em louvável iniciativa, têm influenciado o ordenamento nacional, orientando-se, sempre, para uma melhor e adequada adoção de sistema solucionador das lides existentes, visando, sobretudo, à pacificação da sociedade.

## **II - ACESSO x DEVIDO PROCESSO LEGAL: Explicando ...**

*“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.*

**(CF/88, Art. 5º, XXXV)**

Baseado nesta previsão constitucional, faz-se mister salientar que o acesso à justiça é o princípio-mor, do qual decorrem todos os demais. É o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, ou do Controle Jurisdicional, que abrange também o Princípio do Direito de Ação e de Defesa. Tal assertiva, contudo, contraria, *permissa venia*, disposição do notável jurista **Nelson Nery Jr.** O mesmo defende ser o Princípio do *due process of law* (devido processo legal - CF/88, Art. 5º, LIV. De origem na Magna Carta de João Sem Terra, 1.215, utilizada na lei inglesa só em 1.354), aquele cuja Lei Maior atribui a característica de princípio-base, do qual os outros decorreriam. Ora, o devido processo legal é que é decorrente do acesso à justiça. Senão, vejamos. O acesso é a possibilidade posta à disposição da pessoa (lesada ou ameaçada de lesão) de deduzir em Juízo (*strictu sensu*) sua pretensão. Provoca-se o Estado, até então desconhecedor daquele pedido. A ordem estatal, agora, dá o comando das regras, disciplinando todo um desencadear de procedimentos e processos específicos para aquele caso concreto. É a tutela específica prestada. Nesse ínterim, prevê também o legislador-constituente a regra do *due process of law*, como garantia ao atendimento dos ditames legais conferidos em espécie, compreendendo-se aí, a idéia de ação e defesa, além do contraditório e ampla defesa, nos mais modernos graus de significação, qual seja o direito à oportunidade de agir e à informação dos atos praticados no processo. Desse modo, fundamentando tal assertiva, tem-se que este princípio só se concretiza em virtude da realização prévia daquele. Todavia, pode-se ocorrer o processo inverso, isto é, pode-se ter o acesso à justiça, sem necessariamente ter-se observado o devido processo legal, portanto, eivado de vícios e infrações às normas aplicadas *in casu*, suscitando-se a hipótese de reparos e reformas do *decisum*. Portanto, concluindo, o acesso é ato primeiro, *data máxima venia*.

Noções de igualdade, liberdade, democracia são efetivamente estudadas pelo eminente **Prof. Luiz Guilherme Marinoni**, como aspectos históricos e indissociáveis à idéia de justiça. A conscientização política é, desse modo, fator decisivo. Ampliam-se os conceitos de cidadania e democracia. Trata-se, diz o nobre jurista **José Joaquim Gomes Canotilho**, *de democratizar a democracia através da participação dos homens no processo de decisão*.

No caso do Brasil, diversas normas e princípios processuais acham-se inseridas no texto constitucional, levando-se a consideração de que a Constituição Federal é a coluna basilar da edificação da teoria do processo. O próprio **Dinamarco** assim considera, tal referência, como sendo *uma tutela constitucional do processo, que tem por fim assegurar a conformação e o funcionamento dos institutos processuais aos princípios que são insculpidos de acordo com os valores constitucionais*. **Liebman**, ilustre estudioso do processo, em seu ensaio, conclui que *o Código de Processo Civil não é outra coisa a não ser a lei regulamentar da garantia de justiça contida na Constituição*. Enfática, porém sustentável a afirmativa, pelo critério finalístico insito, numa interpretação processualística. A verdade é que, nas palavras de **Dinamarco**, *A instrumentalidade do processo à ordem político-constitucional é tão íntima, que o desvio das diretrizes processuais preestabelecidas e asseguradas constitucionalmente constitui perigo caminho à violação de regras substanciais da própria Constituição*. Tal assertiva encontra fundamento na idéia de instrumentalidade, defendida pelo autor supra, em seu Instrumentalidade do Processo - o que demonstra a forte ligação existente entre as normas e princípios constitucionais e processuais, mantendo-se uma recíproca influência, considerando as construções doutrinárias daí resultantes. A Constituição Federal dispõe sobre norma garantidora e assecuratória do **acesso à justiça**, restando ao processo a concepção de meio à realização daquela. Desse modo, está-se diante da completude democrática, pela participação da sociedade na busca de seus direitos e garantias, pela via atrativa da tutela do Estado-Juiz. E não poderia deixar de ser diferente, segundo as palavras de **Vicente Greco Filho**: *A jurisdição atua através de um instrumento que é o processo, e aos interessados a ordem jurídica outorga o direito de ação, isto é, o direito de pleitear em juízo a reparação das violações dos direitos*. Na verdade, *permissa venia*, completando, violação ou ameaça de violação a direito.

Note-se, entretanto, que a **garantia de acesso**, previsto constitucionalmente, vai além da idéia acima disposta. O Estado haverá de prestar uma proteção efetiva dos direitos individuais, difusos e coletivos. Na noção de efetividade estão inseridas as linhas mestras da validade, vigência e eficácia. Coloca-se em questão, doravante, não mais o acesso, em si, mas o seu *feed-back*, isto é, a resposta do Estado àquela pretensão da parte. **É o direito materialmente pretendido, concebendo-se num direito efetivamente conferido e tutelado pela ordem estatal**. É o império da ordem pública regulando os conflitos particulares. Porém, tal proteção jurídica deve ser reconhecida em tempo útil - *fenômeno da adequação temporal, ou de justiça temporalmente adequada*, nos ensinamentos de **J. J. Gomes Canotilho**. Eis a máxima: *a justiça tardia equivale a uma denegação da justiça*, no dizer de **Maria Luisa Castan**. A efetividade pois, é o

elemento indispensável à justa prestação jurisdicional, como remédio moderador em cada tipo processual e procedimental.

Em retrospectiva histórica, tem-se que, na realidade brasileira, o Ato Institucional nº 5 (de 13.12.68), em seu art. 11 assim dizia: **“Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos”**. Hoje, em virtude do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no texto constitucional vigente, *não pode o legislador e ninguém mais impedir que o jurisdicionado vá a juízo deduzir pretensão*, comenta **Nelson Nery Jr.** O comando constitucional atinge a todos, indistintamente. É o que se pode chamar de indiscriminação material do acesso à justiça. Não se permite mais qualquer tipo de ofensa à garantia do direito de ação. Portanto, fantástica evolução identificada, nesses quase vinte anos.

Na prática, acrescenta **Siqueira Castro**, *a noção do devido processo legal é garantia que acabou se transformando num postulado genérico de legalidade a exigir que os atos do Poder Público se compatibilizem com a noção de um direito justo, isto é, consentâneo com o conjunto de valores incorporados à ordem jurídica democrática, segundo a evolução do sentimento constitucional quanto à organização do convívio social*. Desta feita, defende-se a tese do **Horácio Wanderlei Rodrigues**, à qual o princípio do devido processo legal é garantia acessória da garantia de acesso à justiça, e não a principal garantia processual prevista em nível constitucional.

Sem embargos, ressalta-se pois, que a relação jurídica processual e consequentemente, seu adequado procedimento são decorrentes do acesso.

### **III - A LEI Nº 9.099/95 FACE O ACESSO À JUSTIÇA**

#### **1. Análise Contextual**

O Presente trabalho não tem por escopo a análise detalhada da Lei nº 9.099 de 26/09/95, em toda a sua extensão legislativa, mas sim, visa ao enfoque crítico da adequação deste instrumento normativo na atual conjuntura Judiciária nacional, visto passado mais de ano de sua introdução no nosso sistema jurídico. Não é, pois, pretensão, a repetição de inúmeras sólidas e específicas obras doutrinárias, a citar (**Ovídio Baptista da Silva** - Juizados de Pequenas Causas; **Joel Dias F. Jr. & Maurício Antônio R. Lopes** - Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; **Cândido Rangel Dinamarco** - Manual das Pequenas Causas; **Rogério Lauria Tucci** - manual do Juizado Especial de Pequenas Causas), dentre outras não menos relevantes, pelo aspecto contributivo que se configura. Quer-se, entretanto, produzir um estudo sistemático e elucidativo acerca da real situação dos atuais Juizados Especiais, frente a urgente necessidade de sua implementação, considerando o regular e satisfatório acesso do cidadão à ordem jurídica justa.

Em notas introdutórias, faz-se mister a apresentação de adendo histórico, como garantia de manutenção do viés embrionário da estrutura microssistemática, ora denominada de Juizados Especiais.

Em prodigiosa e oportuna contribuição, o insigne **Prof. Horácio Wanderlei** revela-nos que *No Brasil a experiência dos Juizados foi iniciada no Rio Grande do Sul, no ano de 1982, por iniciativa do Tribunal de Justiça daquele Estado, contando com o apoio da Associação dos Magistrados (AJURIS) e se deu através da criação dos Conselhos de conciliação e arbitramento. Seguiu-se por São Paulo e depois, pelos demais Estados da Federação.* Tal iniciativa gaúcha, reconhecida por louvável, teve tamanha repercussão no âmbito nacional que fez originar a Lei nº 7.244, de 07 de novembro de 1984 (dispôs sobre a criação e funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas). Eram criados tais Juizados com o fito de resolver querelas, cujo valor da causa não excedesse a vinte vezes o salário-mínimo. Portanto, competência em razão do valor da causa, nos termos do art. 3º, da supracitada lei. Como se pode perceber não se constitui o Juizado Especial estrutura nova do sistema jurídico brasileiro, tanto a nível federal (Leis Federais, Constituição Federal), como a nível estadual (inúmeras leis ordinárias estaduais, dispondo sobre os primeiros Órgãos).

Questão intrigante é o fato de a Lei nº 7.244/84 omitir no seu bojo a competência para o Juizado executar a sua própria decisão. Só a partir da orientação dada pela Lei nº 8.640, de 31 de março de 1993, foi possível aos Juizados assim procederem. Isso, evidentemente, em se tratando de legislação ordinária, que veio dispor especificamente sobre a competência executória, visto que a Constituição Federal, desde 5.10.88 assim previa tal possibilidade. Ou melhor, desde esta data é mandamento constitucional, constante do art. 98, I, que assim estabeleceu:

*“Art. 98 - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:*

*I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis ...”* (grifo apostro)

Antes de publicada a nova lei dos atuais Juizados Especiais - à qual deteremos maior atenção, posteriormente - vários Estados da Federação, a iniciar por Santa Catarina, criaram e estruturaram seus Juizados Especiais, com base, agora, no que reza o art. 98, I, da CF/88, com a fundante **competência concorrente** do que prevê o art. 24, X, *verbis*:

*“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*X - (...) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;”*

Eis um mandamento constitucional, usado pelo termo “criação...”, naquele primeiro dispositivo. O legislador ordinário estabeleceu o prazo de seis meses para a criação e instalação dos Juizados Especiais, a partir da vigência da Lei nº 9.099/95, como consta do art. 93 c/c art. 95 desta lei, isto é, até 27 de maio de 1996, já que a mesma entrou em vigor sessenta dias após a publicação - art. 96 (27/11/95), que ocorreu em 27.09.95, no D.O.U., pp. 15.034-037.

Pois bem, com base nestas criações legislativas - ora, ordinária, ora, constitucional - tem-se a existência concomitante de dois termos concernentes àquele sistema alternativo de resolução célere e eficaz dos conflitos, antes caracterizados como de “jurisdição contida”, pela pequena monta do valor atribuído à causa, gerando um notório desinteresse em se levar adiante pretensão deste tipo. São os Juizados de Pequenas Causas (Lei nº 7.244/84 e CF/88, Art. 24, X) e Juizados Especiais Cíveis e Criminais (CF/88, Art. 98, I e Lei nº 9.099/95). Os primeiros, assim, tidos pela competência destes Órgãos Judiciários, em razão do valor conferido à causa (art. 3º, Lei nº 7.244/84). Já os Juizados Especiais, o legislador ordinário não se limitou à questão do valor da causa, fazendo-se constar uma competência mais ampla, à qual atribuiu o termo de “causas de menor complexidade”, incluindo, dentre estas, o valor de alçada, (agora, de quarenta salários-mínimos). Previsão legal - art. 3º e incisos da Lei nº 9.099/95.

A lei nº 9.099/95 revogou completamente a lei nº 7.244/84, ampliando a competência material, à qual conferiu ao valor da causa a qualidade de espécie do gênero “causas de menor complexidade”. E não poderia ser diferente, visto que “menor complexidade” não se confunde com “pequeno valor da causa”, como se percebe pelos ensinamentos do jurista **Horácio Wanderlei Rodrigues**, considerando que são critérios absolutamente independentes. A complexidade ou não da causa independe do seu valor. Poderá haver hipótese de altíssimo valor da causa, sem que se tenha grande complexidade, ou vice-versa. Assim, preferiu o legislador ordinário, na atual legislação, estabelecer competência ampla, configurando os casos concretos de possibilidade nos incisos constantes do art. 3º, supra. Houve, portanto, uma **convergência conceitual**, o que difere, em muito de confusão de institutos, como pretendem, *data venia*, alguns doutrinadores. O objetivo, acredita-se, é exatamente a unificação dos Juizados, como forma de fortalecimento destes Órgãos, visando à adequada e satisfativa prestação da tutela jurisdicional à sociedade. Ainda, nota-se, que temeu o legislador constituinte em não ousar, pondo no texto constitucional significados diversos para uma só pretensão teleológica, defende-se.

O fato acima alegado é tão verídico, posto que se do contrário fosse, ter-se-ia disposição constitucional explicativa acerca do art. 24, X, dentro do capítulo reservado ao Poder Judiciário, provavelmente, o inciso III, do art. 98, da CF/88. Indaga-se, mas não seria aquele Órgão previsto no art. 24, X, da CF/88, de natureza executiva, isto é, extrajudicial? Acredita-se na negativa desta tese, em virtude de não se fazer presente tal disposição no Capítulo específico dos Serviços Auxiliares à Justiça.

Corroborando com as sustentações aqui produzidas, pede-se *venia*, ainda, para alegar que esta hipótese de dualidade terminológica para um mesmo fim - como se pretende defender, é prática comum dentre os representantes políticos do povo brasileiro, o que é, deveras evidenciado, tanto no texto constitucional, como em normas infraconstitucionais. É pois, mais uma falta técnica legislativa detectada. É tão verdade, visto que, em concreto, a estruturação dos Juizados Especiais é uma, constituídos como

ramo especializado do ‘macrossistema’ Judiciário, denominação atribuída por **Joel Dias Figueira Filho**.

Coube, por sua vez, ao legislador ordinário a correção desta falta técnica, agrupando ambas as definições num só texto normativo, sendo hoje, o valor da causa espécie do gênero causas de menor complexidade. Tal postura em nada foi prejudicial à sociedade. Pelo contrário, houve um fortalecimento e divulgação maior do trabalho destes Juizados. A sociedade é ciente da presteza destes Órgãos. Esta é a *mens legislatoris* pois, que se entende e defende-se, *permissa venia*. No futuro, ver-se-á quão prodigiosa fora a técnica unificadora do legislador ordinário. Aumentar a competência é sinônimo de maior divulgação e implementação de determinada Instituição. A Justiça do Trabalho, p. ex., atualmente, passa por grave crise, dentre outros fatores, devido à limitada competência material a ela conferida. Apesar de a Constituição Federal estabelecer critério ampliativo, em seu art. 114, teme o legislador ordinário ou mesmo o seu próprio corpo de magistrados (através do *sui generis* poder normativo atribuído aos juízes trabalhistas) disporem sobre o aumento da sua competência.

Agora, Órgãos não-Judiciários que estão contribuindo, deveras, para o fim social, são os PROCONs, Câmaras de Mediação e Arbitragem, Curadorias (Consumidor, Meio Ambiente, Menor - todos de iniciativa do Ministério Público). Louvável e plausível envergadura. Talvez esta fosse a *mens constitucionalis*, porém por imaturidade, ou por temor mesmo, pôs em xeque tal pretensão, configurando-se numa falha técnica legislativa, pelo que restou da previsão constitucional.

Dessa forma, não se deve atribuir infelicidade ou impropriedade do legislador ordinário, mas, do contrário, deve-se estar solícito pelo seu trabalho resultante dos atuais Juizados Especiais, como mecanismo de adaptação e combinação dos ideais almejados.

É possível verificar entendimento diverso, como ressalta a insigne postura adotada pelo **Prof. Horácio Wanderlei Rodrigues**, defendendo-se a tese de falta do legislador ordinário que não teria alcançado o que realmente o legislador constituinte pretendia. Apesar de defendermos idéia contrária, *venia*, é preciso que se diga que esta construção doutrinária é por demais relevante e fundante. Basta-se apenas, interpretar sob outro prisma. O fato é que hoje, realmente, houve a unificação, condensação destes dois Juizados, pelo que consta da competência conferida pela Lei nº 9.099/95, através de seu art. 3º.

## **2. Aspectos em espécie: Visão Pragmática**

Passada esta etapa, necessário é que se faça uma análise pragmática do atual contexto sócio-jurídico concernente às atividades patrocinadas pelos Juizados Especiais.

Parte-se pois, de um ponto de vista positivo, fundado na expressão maior daquele que espera um dia ver concretizado o fim precípua da criação dos Juizados - a justiça: *maior obra de arquitetura judiciária dos últimos tempos, podendo ser encarado como o marco de uma significativa onda de renovação dos serviços Judiciários*, expressa o notável jurista **Demócrito Ramos R. Filho**.



Em verdade, constituem os Juizados Especiais a maior e mais adequada via de acesso à justiça. O fato é que causas de menor complexidade, antes passíveis de desprezo pela natureza que se atribui de “litigiosidade contida”, ou “jurisdição contida”, passaram a fazer parte de pautas diárias das Cortes Judiciais. É o que se pode denominar de socialização da justiça. É a prática da política judiciária participativa - o desenvolvimento do processo democrático. E por que não dizer que passamos da fase da formalização do processo, para a socialização do mesmo. Seguindo essa linha de raciocínio, ensina o jurista **Joel Dias Jr.** *saímos de um mecanismo de soluções autoritárias dos conflitos intersubjetivos (decisão judicial da lide) para adentrar em órbita da composição amigável, como forma alternativa de prestação da tutela pelo Estado-Juiz. É preciso pois, repensar o processo em seu todo, ampliada não só a via de acesso aos tribunais, como também o escoamento muito mais fluente das demandas ajuizadas, em virtude da tramitação sumária...* .

A parte final desta citação é o grande dilema porque passa a atual estrutura dos Juizados. Vejamos algumas considerações, apresentadas na obra do ilustre magistrado **Prof. Joel Dias Jr.**:

“O problema da justiça civil e da sua crise, envolve a justiça das normas e a justiça do processo” (**Carmine Punzi** *in* Riv. di Proc., vol. XXIX/47. La giustizia civile: giustizia delle norme e giuszia del processo, 1974).

“A crise Judiciária está intimamente ligada a fatores de profunda modificação nas órbitas social, política e econômica, assim como vinculada à crise jurídica” (**Ombretta F. Carulli** *in* Riv. Trim. di Dir. e proc. civ., vol. XXXVII/628-639. Il Potere Giudiziario tra crisi e rinnovamento, 1983).

“Queiramos ou não, a questão Judiciária é, antes de tudo, uma complexa questão política; aliás, a história nos fala vivamente com singular eloquência” (**Eugênio R. Zaffaroni** *in* Poder Judiciário, crise, acertos e desacertos, p. 78).

Faz-se necessário pensar no processo como instrumento de efetividade dos direitos e da pacificação social, como leciona **Mauro Cappelletti**. Esta é a nobre noção de acesso à Justiça. Garante-se o acesso e o seu desenvolvimento. Diz o Processualista **Horácio Wanderlei** que a *efetividade da garantia do devido processo legal (LIV, do Art. 5º, CF/88) passa pela existência de instrumentos processuais acessíveis, céleres e efetivos na resolução dos conflitos de interesse*. Parece-nos portanto, relevante o que diz **Luiz G. Marinoni**: *levando em conta a pretensão de direito material, torna-se possível concluir, através da adequação da cognição que lhe é própria, qual a forma de tutela que lhe é mais compatível*. Este é o caminho para se chegar ao objetivo maior do que prescreveu o legislador constituinte. O que se deve conferir às demandas, é exatamente o que se chama de tutela específica de forma que é tendência universal o abandono do procedimento ordinário, pelo excesso de formalismo ali empregado, enveredando-se para uma distribuição igualitária do tempo do processo, já que, hoje, percebe-se grande carga somente sobre aquele autor da demanda. O réu é, na verdade, o beneficiado, pela enradiante previsão recursal e oportunidade de arguição de defesa. Se se pensou muito na posição do réu; feriu-se a justiça; pôs em xeque a segurança jurídica, como um todo. É

*chegada a hora de se reduzir o campo de aplicação do adversary system tradicional, que apresenta índices de insatisfação, com tendência a privilegiar um modo diverso de oferecimento de justiça, como alternativa às regras e às estruturas processuais ordinárias*, diz o mestre italiano **Michele Tarufo**. Sobre o custo do processo, Ressalta **Luiz G. Marinoni** “*Uma justiça lenta é fonte de desestímulo para o cidadão recorrer à justiça*”. Aliás, acrescenta o citado jurista referência de **Mauro Cappelletti**, dizendo “*A duração excessiva do processo é fonte de injustiça social, porque o grau de resistência do pobre é menor que o grau de resistência do rico; esse último, e não o primeiro, pode normalmente esperar sem dano grave uma justiça lenta.*”

Com estas considerações, pretende-se chamar à atenção dos nobres estudiosos e operadores do direito para a situação dos Juizados Especiais. Na prática de foro, apesar de constar na lei a orientação desses Órgãos pelos princípios da oralidade, simplicidade, economia processual e celeridade (num conteúdo informal), além de privilegiar a adoção das técnicas de conciliação e transação, como bem frisa a concentração de provas e imediata resolução dos conflitos; apesar de toda esta previsão legal, evidenciam-se faltas graves à expressão maior desses Órgãos Judiciários: adequado acesso à justiça.

### **3. As Irregularidades do Acesso: Faltas legislativas**

São os pontos polêmicos: Juízes togados e leigos desprovidos de treinamento e reciclagem são lotados nos Juizados Especiais. Não se alcança o sentido maior da expressão legal; impera um formalismo disfarçado. O corpo serventuário deve estar preparado para o adequado e razoável atendimento à sociedade. Tratam os Juizados Especiais como um *minus* da Justiça, como se as causas de menor complexidade de ou menor potencial ofensivo fossem a exceção. Inverte-se o papel de acesso à justiça. Como consequência dessa tímida iniciativa, tem-se o abarrotamento de processos nesses Juizados, sufocando-os, tornando-os impróprios à pretensão constitucional e legal. Tarda a prestação de justiça; começa-se a ferir a já mencionada “litigiosidade contida”. Todos os Estados-membros tiveram um prazo para a implantação desses Juizados Especiais (Art. 96, da Lei nº 9.099/95), porém, quis o legislador incentivar (acredita-se) a instalação de um número razoável desses Órgãos, como forma de bem atender às futuras demandas, segundo a competência explicitada. Se não, por que a criação de um Órgão cujo nascimento já se encontra comprometido pelo excesso de causas ? É a decretação prévia de insuficiência de um Órgão. Deve-se pois, primar pela sua correspondente estruturação, com vistas à eferescente realidade.

Críticas outras podem ser feitas, dentro do âmbito legal, isto é, imprecisões legislativas. Ponto crucial é o fato da existência da “Turma Recursal”, ou melhor, “Colégio Recursal”. Como causas de menor complexidade, dever-se-ia dispensar o legislador a possibilidade de recurso das decisões dos Juizados Especiais, pela própria natureza da demanda e impropriedade evidenciada no dia-a-dia desses Órgãos. O mandamento, sabe-se, é constitucional, porém indevido *in casu*, pelo menos, sob a ótica da razoável prestação jurisdicional, dentro de um contexto moderno da doutrina.

Outro fator relevante, é a proibição expressa da Lei nº 9.099/95 (através do art. 8º, parágrafo 1º), de pessoas jurídicas demandarem nestes Juizados, na qualidade de autores. Só podem participar no polo passivo. De maneira abrupta, foram excluídas tanto grandes e megagrupos empresariais, como pequenas e micro empresas. Indevido tratamento dispensado, considerando que empresas de porte médio ou pequeno são aquelas que têm um número maior de representação na Justiça, devido à direta e contínua relação com pessoas de baixo poder aquisitivo, o que permite, em geral, o não cumprimento das obrigações contratuais firmadas, pela insolvência, vezes, evidenciada. Assim, padarias, grupos escolares, quitandas, mercearias ficam a mercê de uma única alternativa, qual seja enveredar numa ação ordinária, com ciência prévia dos tardios préstimos jurisdicionais. Evidente surrealismo legislativo brasileiro!

Como justificativa desta proibição legal de acesso à justiça, colocam alguns ser o fato de futuro sufocamento dos Juizados Especiais, pelo exaustivo número de demandas que se teria. Ora, o que falta, reafirma-se, é a implementação desses Juizados. Há que se criar um número satisfatório desses Órgãos e ampliar a sua competência. Jamais, reduzi-la ou suprimi-la. O pequeno comerciante, por ser contribuinte e portanto, patrocinador indireto da criação desses Órgãos, deveria fazer jus a esta atividade do Estado-Juiz. Errônea é a postura discriminatória. Corroborando com tal posicionamento, em grau, agora, de autoridade do tema, ensina-nos **Joel Dias Figueira Jr.**, dizendo que *a sua não implementação ou lentidão na criação das novas unidades jurisdicionais importarão em inconstitucionalidade por omissão*.

Aspecto também considerável, é a questão da obrigatoriedade da assistência. Prevê o art. 1º, I, segunda parte, da lei nº 8.096/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), a obrigatoriedade da presença do advogado nas demandas perante os Juizados Especiais. A Lei nº 9.099/95, da mesma forma, prevê tal obrigatoriedade para as causas de valor superior a vinte salários-mínimos - art. 9º. Ora, legítima seria esta obrigatoriedade se o Estado colocasse à disposição do “pobre na forma da lei” os serviços gratuitos da Defensoria Pública. É verdade que ela existe, porém, em alto grau de deficiência. Não por culpa de seu corpo de Defensores. Em absoluto! O problema é de ordem estrutural. Nisso, ao invés de exigir, o Estado deveria implementar esses serviços, divulgando-os maciçamente. O processo é pois, reverso. Deve-se partir da iniciativa estatal para o cidadão e não o contrário. Afinal, é a contraprestação contributiva. Além de que o Supremo Tribunal Federal - STF concedeu liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros, suspendendo a eficácia parcial do art. 1º, I, do Estatuto da OAB, no que tange à sua exigência perante os Juizados Especiais (ADIN nº 1.127-8).

Há ainda a controvérsia doutrinária de obrigatoriedade ou faculdade da propositura da causa perante os Juizados Especiais, nos limites da competência desses. Defende-se a tese da distribuição compulsória da ação para estes Órgãos, por alguns aspectos, a considerar. Primeiro, porque ninguém poderá abster-se de um serviço especializado prestado pelo Estado-Juiz. Segundo, porque não repete a Lei nº 9.099/95 o termo “por opção do autor”, constante do art. 1º, da Lei nº 7.244/84. Terceiro aspecto,

deve-se deixar de ver os Juizados Especiais como um *minus* da Justiça. Por último, indaga-se: por que alguém negaria um serviço célere e eficaz ? Qual o interesse, a justiça ? Sem grandes disposições, sustenta-se pois, a exigência da distribuição. Agora, vislumbrando-se a atual conjuntura desses Juizados (precariedade, insuficiência e má estruturação), acredita-se este o fator inibitório da acolhida desta tese. É a realidade que se impõe frente à prescrição legal, dando-lhe legitimidade. Novamente, detecta-se a carência e insuficiência destes Juizados Especiais, pelo reduzido número existente.

Outros são os motivos que merecem uma visão crítica, visto a não adequada adaptação deste novel Órgão à conjuntura Judiciária e à real necessidade cotidiana da sociedade (que por muito é dinâmica e complexa). Porém, como se percebe, deu-se ênfase ao enfoque estrutural, considerando como fator primordial à perfeita via de acesso à justiça.

Eis portanto, algumas lamentáveis discrepâncias entre o mundo real e o ideário (ou imaginário) legislativo. Mudanças haverão de ocorrer necessariamente de maneira a tornar efetiva a estrutura dos Juizados, segundo mandamento da própria legislação.

#### IV - CONCLUSÃO

Ante as colocações supra, chega-se à evidente conclusão da necessidade de implementação imediata desses Juizados Especiais, com vistas à adequada prestação de seus serviços à sociedade, sob pena de mais uma alternativa fracassada, pela falta de ousadia por parte de nossos representantes. O povo almeja justiça. A Justiça há que ir até o povo, posto que todo poder emana do povo - disposição constitucional, art. 1º, parágrafo único, Constituição Federal vigente. A justiça haverá de deixar de ser simplesmente um ideal, tornando-se realidade perene. A grande preocupação atual é o cumprimento na sua integralidade do papel constitucional conferido, vislumbrando-se não só os pontos negativos aqui identificados, como outros por ventura atribuídos. O que se espera é a crescente propagação desses Juizados, com as devidas correções das distorções legislativas e estruturais.

Nesse sentido, finaliza-se com as palavras do mestre **Joel Dias Figueira Jr.**, ressaltando: *Faz-se mister a realização da difícil tarefa de canalização de múltiplos fatores internos e externos em direção a um único quadro de superação da crise jurídica e jurisdicional que temos vivido os últimos tempos, na busca de resultados diversificados que se materializem na efetividade e efetivação do processo civil através da rápida e eficiente solução dos conflitos intersubjetivos, coletivos ou difusos dos jurisdicionados.* Afirma, concluindo, ser a *sumarização das formas* uma tendência universal, posta em prática pelos germânicos e italianos. Enfatizam-se, ainda, as oportunas palavras do ilustre **Nelson Saldanha**, dizendo que *o desafio é no sentido de manter as instituições políticas, com as respectivas formas de controle social, mas ressaltando a justiça e a liberdade - mesmo dentro do Estado dito social. Manter a*

*presença do poder e da autoridade, com alguma hierarquia e com estruturas socialmente atuantes, sem deixar diminuídas nem esvaziadas as defesas da pessoa humana diante disso tudo.*

#### **- BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BATISTA, Lindberg Leitão. **Juizados Especiais Trabalhistas: Resultante do Princípio da Celeridade e do Instituto da Conciliação**. Livro do IV Congresso Nacional de Direito Processual Civil, Trabalhista, Penal e Administrativo, Recife-PE, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 5ª ed. total. refund. aument., Coimbra; Almedine, 1992.

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O Devido Processo Legal e a Razoabilidade das Leis na Nova Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro; Forense, 1989.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 1987.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **O Judiciário à Frente da Divisão dos Poderes: Um Princípio em Decadência**. São Paulo; Revista USP, (21):12-21 (março/maio), 1994.

FIGUEIRA JR., Joel Dias & LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Comentários à Lei dos Juizados Cíveis e Criminais**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 1995.

GRECO FILHO, Vicente. **Tutela Constitucional da Liberdade**. São Paulo; Saraiva, 1989.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas Linhas do Processo Civil**. 2ª ed., rev. ampl.. São Paulo; Malheiros, 1996.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Antecipatória, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NERY JR, Nelson. **Atualidades sobre o Processo Civil**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 1995.

NERY JR., Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 3ª ed., rev. aum. São Paulo; Revista dos Tribunais, 1996.

REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. **Lei nº 9.099/95 - Juizados Especiais**. (Informativo CONSULEX). Ano X, nº 13. Brasília-DF: CONSULEX, 1996.

Revista do TRT da 13ª Região - João Pessoa (PB) - 1997

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Acesso à Justiça no Direito Processual Brasileiro**. São Paulo; Acadêmica, 1994.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Processo e Constituição**. Ensaio.

SALDANHA, Nelson. **Estado de Direito, Liberdades e Garantias: (Estudos de Direito Público e Teoria Política)**. São Paulo; Sugestões Literárias, 1980.